

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS HENRIQUES NOGUEIRA



EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: RELATÓRIO 2023-2024



O relatório que aqui se apresenta visa cumprir o estipulado na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, que determina que o Coordenador da EEC de cada escola/agrupamento deverá elaborar, anualmente, um relatório *“que deve incluir as necessidades de formação contínua de docentes neste domínio”* (in ENEC, p. 12). Com base na análise dos resultados obtidos e do envolvimento da comunidade que ele expressa, é possível fazer uma leitura atenta e com algum grau de profundidade sobre a forma como a *Estratégia* se desenvolveu ao longo do ano letivo no nosso agrupamento.

Importa lembrar que a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania *“integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor”* (in ENEC, p. 1).

Neste contexto, a *“formação cidadã”* das crianças e jovens terá que passar pela implementação de práticas pedagógicas que valorizem experiências reais de participação e de vivência da cidadania, e não propriamente de processos retóricos de transmissão de conhecimentos e valores. Por isso, a análise que aqui se faz da *Estratégia* do agrupamento, centra-se nas múltiplas atividades promovidas pelas várias escolas que dele fazem parte, com as suas 80 turmas do ensino diurno, desde o 1º ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário Científico-Humanístico e Profissional. Em particular, são destacados os indicadores de impacto da concretização da *Estratégia* ao nível do trabalho realizado pelos alunos (cultura escolar), da gestão da escola (governança escolar) e da relação com a comunidade.

Os dados recolhidos mostram-nos que as 80 turmas do agrupamento desenvolveram 986 atividades, desde debates, palestras/conferências/ações de sensibilização, visionamento de filmes/documentários, sessões de leitura e contos de histórias, momentos de diálogo, comemoração de datas significativas, visitas de estudo físicas e virtuais, aulas no exterior, saídas de campo, participação em simulacros, atividades desportivas, realização de caminhadas, ações de pesquisa, produção de conteúdos em vídeo, PowerPoint, Canva, Padlet e outras ferramentas de apresentação, encenações teatrais, recolha e separação de lixo, limpeza de praias, participação em tarefas de agricultura biológica / hortas pedagógicas (plantação, rega, colheita...), atividades solidárias e de voluntariado, doação de roupas e alimentos, produção de postais de Natal para entrega a lares de idosos, criação de instalações artísticas, apresentações musicais, intercâmbio com entidades da comunidade, de âmbito nacional e de outros países, no contexto de projetos eTwinning ou, de forma mais alargada, do programa Erasmus+, construção de objetos com materiais reciclados, elaboração de desenhos, cartazes, pinturas e maquetes, organização de exposições,

participação em sessões de cinema, idas ao teatro, realização de entrevistas na comunidade, participação em concursos, cooperação em iniciativas do município, elaboração de textos e sua publicação em várias plataformas, participação em webinars, muitos deles da responsabilidade da Direção de Serviços de Projetos Educativos, da Direção-Geral da Educação, participação em ateliers, oficinas e workshops, desenvolvimento de atividades experimentais, intercâmbio com a biblioteca escolar. Todas estas atividades acabam por espelhar, de modo inequívoco, a forma como se trabalha e se vive a dinâmica educativa e o conceito de Cidadania no agrupamento.

As 986 ações desenvolvidas representam, no entanto, uma diminuição formal de 35,9% face ao número registado em 2022-23 (1.539 ações) e de 2,6% se recuarmos a 2021-22 (1.012 ações). Na verdade, não é essa a leitura que, empiricamente, qualquer membro da comunidade educativa será tentado a fazer, tendo em conta a fortíssima dinâmica que foi sentida no agrupamento neste ano letivo, em que se comemorou o cinquentenário do 25 de Abril, e em que o número de exposições, de palestras, de aulas no exterior, de visitas de estudo, pareceu suplantar o que foi efetivado em anos anteriores. Na verdade, os números falam por si, mas eles poderão esconder uma realidade diferente.

Na minha perspetiva, a justificação para esta aparente diminuição do número de ações prende-se com dois fatores: por um lado, constrangimentos ligados ao seu registo e, por outro, à existência de vários programas que promovem o desenvolvimento de atividades nas escolas, e que levam a que alguns docentes tenham a predisposição para dividir/distribuir os registos das atividades por eles, como se essas ações pudessem ser separadas “por gavetas”.

Passo a explicar. No presente ano letivo, o agrupamento adotou uma nova plataforma informática de gestão, o Inovar, que trouxe, naturalmente, novos desafios. Nos primeiros anos de implementação da Estratégia de Educação para a Cidadania, foram usadas umas tabelas específicas para os professores titulares de turma e os diretores de turma registarem as atividades no âmbito de Cidadania e Desenvolvimento, as quais facilitavam essa referência e o seu entendimento. No ano letivo passado, foi criada uma grelha única para recolher os dados relativos aos vários programas, que pretendeu facilitar o trabalho dos colegas, mas que conduziu a um menor rigor nos registos, dificultando a identificação das atividades e dos domínios trabalhados. No presente ano letivo, com a introdução do Inovar, as instruções dadas aos colegas foi no sentido de referenciar as atividades de Cidadania inscrevendo-as uma a uma no PAA, mas, tal (boa) intenção acabou por não produzir o resultado esperado, pois muitas ações desenvolvidas nunca chegaram a ser registadas.

Por outro lado, alguns colegas revelaram tendência para fazer uma separação entre as atividades realizadas no âmbito de Cidadania e Desenvolvimento, dos projetos de Autonomia e Flexibilidade Curricular, do Eco-Escolas ou do Projeto de Promoção e Educação para a Saúde, por exemplo, tratando-os de forma exclusiva. Assim, atividades levadas a cabo no âmbito da AFC, que promoviam aquisição de conhecimentos e competências nas áreas

dos Direitos Humanos, da Interculturalidade, da Igualdade de Género, do Voluntariado ou das Instituições e Participação Democrática não eram citadas em Cidadania porque se consideravam atividades de AFC. Iniciativas no âmbito do Eco-Escolas, relacionadas com Desenvolvimento Sustentável ou com Educação Ambiental, também não, pois tinham “a marca” do programa Eco-Escolas. E o mesmo se passava com as ações relacionadas com Saúde ou Sexualidade que tinham sido pensadas para integrar o PPES. Tudo isto terá levado a uma diminuição do número de registos de atividades de Cidadania relativamente ao ano letivo passado, que, penso, será mais formal do que real.

Seja como for, ultrapassadas que estão muitas das dúvidas e dificuldades dos primeiros anos relativamente à implementação da Estratégia de Educação para a Cidadania nas escolas, de que o nosso agrupamento não foi exceção, o envolvimento do corpo docente, quer a título individual quer ao nível dos conselhos de docentes e conselhos de turma, cresceu e entrou na rotina. Contudo, permanecem ainda obstáculos, principalmente no que diz respeito ao Ensino Secundário, onde não existe uma disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. A questão da transversalidade no tratamento dos domínios da Educação para a Cidadania nos conselhos de turma exige uma abordagem verdadeiramente colaborativa, que ainda pode melhorar e tornar-se mais eficiente e dinâmica.

Apesar de boa parte das ações de Cidadania se ter desenvolvido no contexto de cada grupo-turma, no âmbito do trabalho nos respetivos conselhos, algumas houve que juntaram várias turmas do agrupamento, em trabalho colaborativo. Um dos exemplos foi a produção de postais de Natal, relacionada com domínios da Educação para a Cidadania, no contexto da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, nos 2º e 3º ciclos, os quais foram oferecidos a utentes de lares de idosos. Para além disso, muitos grupos participaram em atividades promovidas por entidades de âmbito nacional, ganhando concursos, recebendo prémios ou, simplesmente, certificados de participação, mas vivendo experiências enriquecedoras.

Os constrangimentos relacionados com a experiência do ensino à distância, que recentemente vivemos nas escolas, trouxeram para as nossas rotinas a moda das conferências online. Muitas instituições organizaram palestras por via digital e mantiveram esse modelo no período pós-pandemia abordando, frequentemente, temáticas relacionadas com os domínios da Educação para a Cidadania. De entre elas, destaco a Direção de Serviços de Projetos Educativos, da Direção-Geral de Educação, já atrás mencionada, que continuou a levar a cabo vários webinars, abrangendo os 17 domínios da Educação para a Cidadania. Enquanto coordenador da ENEC do agrupamento, fui divulgando sempre essas iniciativas entre os diretores de turma, os professores titulares de turma e os professores de Cidadania e Desenvolvimento, não só através de e-mail, mas também na página da disciplina no Moodle, que fui igualmente atualizando com novos materiais. Eu próprio procurei estar presente nessas conferências, sempre que possível, tendo em conta os meus compromissos letivos.

Enquanto coordenador da Estratégia de Educação para a Cidadania do agrupamento, fui convocado e estive presente num encontro regional organizado pela DGE, no dia 2 de novembro de 2023, na Escola Dr. António Carvalho Figueiredo, em Loures. Do mesmo modo, marquei presença na sessão de lançamento do projeto “Provérbios: vamos continuar a dar a volta ao texto!”, promovido pela mesma instituição, no dia 10 de outubro, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, acompanhando uma turma da Escola Básica do Ramalhal, que tinha vencido, por duas vezes, o provérbio do mês na edição do ano anterior do mesmo concurso. Importa referir que a sessão em apreço foi apresentada por duas crianças dessa turma.

Como elemento facilitador do meu trabalho, pude contar, como tem acontecido desde o início deste programa, com a colaboração das coordenadoras dos diretores de turma, da escola-sede e do Maxial, e do Departamento do 1º Ciclo, na intermediação com os colegas dos vários níveis de ensino, por forma a conseguir-se recolher os elementos necessários para o acompanhamento e monitorização da Estratégia de Educação para a Cidadania. Importa também salientar a disponibilidade do Departamento de Educação Pré-Escolar para integrar a dimensão da Educação para a Cidadania no seu trabalho com as crianças nos jardins de infância, não obstante tal tarefa só estar prevista a partir do 1º ciclo.

Quanto aos indicadores de impacto esperados com a implementação da Estratégia, procedi a uma recolha exaustiva de informação junto dos diretores de turma e dos professores titulares de turma do 1º ciclo, ficando a faltar apenas alguns dados relativos a 1 das 80 turmas do agrupamento, o que, em boa verdade, não tem grande significado para a leitura que aqui se impõe realizar. Os elementos recolhidos são os seguintes:

a) Indicadores de impacto ao nível do trabalho realizado pelos alunos (cultura escolar):

- Número e percentagem de alunos envolvidos em projetos no âmbito da componente de Cidadania e Desenvolvimento: **1.697 alunos**, para um total de 1.715, o que corresponde a **99,0% do universo dos alunos** das turmas aqui analisadas.

- Número e percentagem de alunos com nível igual ou superior a 3 na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento nos 2º e 3º Ciclos: **382**, para um total de 385, o que corresponde a **99,2% dos alunos**.

b) Indicadores de impacto ao nível da escola (governança escolar):

- Número de fóruns de discussão/palestras/debates realizados: **438** (menos 3,3% do que em 2022-2023, mas mais 101,8% se recuarmos a 2021-22).

- Número de atividades promovidas em parceria com a biblioteca escolar: **306** (mais 77,9% do que no ano passado e mais 86,6% do que 2021-22).

c) Indicadores de impacto ao nível da relação com a comunidade:

- Número de entidades parceiras envolvidas em projetos no âmbito da componente de Cidadania e Desenvolvimento: **367** (mais 41,7% do que em 2022-2023 e mais 79,9% se recuarmos a 2021-22).
- Número de atividades promovidas em parceria com entidades da comunidade: **558** (mais 44,2% do que no ano letivo transato e mais 113,8% do que em 2021-22).
- Número de artigos/notícias publicados/divulgados em órgãos de comunicação social (locais, regionais ou de âmbito territorial mais alargado): **126** (menos 31,1% do que em 2022-2023, mas mais 0,8% do que em 2021-22).
- Número de artigos/notícias publicados/divulgados nas redes sociais ou nos meios de comunicação das escolas do agrupamento (jornal/rádio): **469** (mais 10,6% do que no ano anterior e mais 40,8% do que em 2021-22).

Não deixa de ser curioso que, apesar de o número formal de atividades ser menor neste ano letivo relativamente ao ano anterior, cresceram as iniciativas promovidas em conjunto com a biblioteca escolar (também ela promotora direta de múltiplas ações que visam fomentar práticas de Cidadania) e o número de parcerias externas, bem como de ações realizadas com as mesmas. Isto poderá ser mais um elemento que ajude a reforçar a convicção de que essa redução do número de atividades é apenas aparente.

Apesar de muitos dos dados aqui apresentados se referirem a atividades de pequena dimensão, eles são reveladores de um dinamismo no trabalho com os alunos que importa destacar, e que é uma marca identitária do agrupamento desde sempre. No próximo ano, procurarei continuar a sensibilizar os diretores de turma, no sentido de se promover um trabalho mais colaborativo, ao nível da Cidadania, nas turmas/níveis onde tal ainda não tenha acontecido dentro dos parâmetros que se deseja.

Logo que possível, será disponibilizada a catalogação exaustiva das atividades realizadas em todas as turmas do agrupamento, que está em construção, a qual ajudará a evidenciar o empenho com que a comunidade educativa tem encarado os desafios da Educação para a Cidadania.

Por último, só uma palavra relativamente à questão das necessidades de formação contínua de docentes. Não tenho dúvidas de que a Cidadania e Desenvolvimento é uma das áreas que merece uma atenção redobrada a este nível. É fundamental que o corpo docente treine mecanismos de trabalho colaborativo fora dos contextos tradicionais da sala de aula para poder desenvolver a transversalidade que a legislação atribui ao desenvolvimento desta área no ensino secundário, por exemplo, onde a apetência para esse trabalho é menor.

Torres Vedras, 19 de julho de 2024

Eduardo Frutuoso